

Pelas veredas da memória: História, sensibilidades e narrativas literárias sobre regimes ditatoriais no Brasil e Chile

Fernanda Rodrigues Galve¹

Rafael Passos de Melo²

Resumo: A sociedade é direcionada por atos de linguagem e práticas discursivas. Diferentes formas de interlocução atingem a opinião pública, ascendendo compreensões, debates e consequente sensibilização acerca de pautas pertinentes. No que tange às narrativas sobre regimes ditatoriais latino-americanos, o investimento em estudos na área tem sido notável, sendo esses norteados pelo exame e observação mais aprofundada de escolhas éticas em meio às questões sensíveis e turbulentas da ditadura, identificadas nos arquivos do regime. Na contramão do avanço de uma extrema-direita que nos últimos anos tem reproduzido vestígios de um período de autoritarismo voraz, o presente artigo busca apresentar, sob uma breve análise, como o Brasil e o Chile estruturaram entendimentos acerca do percurso da redemocratização, trazendo paulatinamente aos estudiosos e cidadãos, o acesso à informação e ao direito à memória, oportunizados por meio de fundos documentais, e literários por meio de obras como *Noturno do Chile*, de Roberto Bolaño e *Quarup* de Antônio Callado, que viabilizam a reflexão crítica sobre eventos traumáticos experimentados socialmente e as feridas, marcas e cicatrizes na memória por eles provocadas. Conjuntamente, foram relevantes para a construção das argumentações em destaque, os apontamentos de importantes teóricos como Seligmann-Silva (2008), Gomes (2014). Fico (2012) e Avelar (2003).

Palavras-chave: História. Literatura. Política. Regimes Ditatoriais. América Latina.

¹Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB-UFMA). Possui doutorado em História pela PUC-SP.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHis - UFMA). Bacharelando em Comunicação Social (Jornalismo) na Universidade Federal do Maranhão. Atualmente integra o grupo de estudos Polifonia, vinculado ao HILL - História, Cultura Letrada e outras linguagens.

Along the paths of memory: History, sensibilities and literary narratives about dictatorial regimes in Brazil and Chile

Abstract: Society is directed by speech acts and discursive practices. Different forms of dialogues reach public opinion, increasing understanding, debates and consequent awareness about relevant issues. Regarding the narratives related to the Latin American dictatorial regimes, a higher number of studies in this area has been noticed, and guided by the examination and more in-depth observation of ethical choices amidst the sensitive and turbulent issues of the dictatorship, which were identified in the regime's archives. Against the advance of an extreme right-wing that in recent years has reproduced traces of a period of voracious authoritarianism, this article seeks to present, under a brief analysis, how Brazil and Chile has structured its understandings on the path to redemocratization, gradually bringing to scholars and citizens access to information and the right to memory, provided through documentary funds that enable critical reflection on socially experienced traumatic events, and wounds, marks and scars in society's memory caused by these events. In parallel, the notes of important theorists such as Seligmann-Silva (2008), Gomes (2014), Fico (2012) and Avelar (2003) were relevant to the construction of this study's arguments.

Key-words: History. Literature. Dictatorial regimes. Latin America.

Por los caminos de la memoria: Historia, sensibilidades y narrativas literarias sobre regímenes dictatoriales en Brasil y Chile

Resumen: La sociedad está impulsada por actos lingüísticos y prácticas discursivas. Diferentes formas de diálogo llegan a la opinión pública, aumentando la comprensión, el debate y la consecuente conciencia sobre temas relevantes. En cuanto a las narrativas sobre los regímenes dictatoriales latinoamericanos, la inversión en estudios en el área ha sido notable, guiada por el examen y la observación más profunda de las opciones éticas en medio de los temas sensibles y turbulentos de la dictadura, identificados en los archivos del régimen. Frente al avance de una extrema derecha que en los últimos años ha reproducido huellas de un período de autoritarismo voraz, este artículo busca presentar, bajo un breve análisis, cómo Brasil y Chile estructuraron entendimientos sobre el camino de la redemocratización, acercando gradualmente a académicos y ciudadanos, el acceso a la información y el derecho a la memoria, brindado a través de fondos documentales, y literarios a través de obras como *Noturno do Chile*, de Roberto Bolaño y Quarup, de Antônio Callado, que permiten una reflexión crítica sobre eventos traumáticos socialmente vividos y las heridas, marcas y cicatrices en memoria causada por ellos. En conjunto, las notas de importantes teóricos como Seligmann-Silva (2008), Gomes (2014)

fueron relevantes para la construcción de los argumentos destacados. Fico (2012) y Avelar (2003).

Palavras chave: Historia. Literatura. Política. Regímenes dictatoriales. América Latina

Recebido em 09/02/2024 - Aprovado em 08/03/2024

Introdução

Na segunda metade do século XX, a política latino-americana foi o retrato de profundas instabilidades. Nessa conjuntura, a sobreposição da violência e a escalada autoritária elevou o número de memórias dolorosas e traumáticas. Frente às feridas e cicatrizes deixadas por esse passado aterrador que ainda assombra o presente com suas marcas e ecos, investir em estudos, exames e novas exposições informativas sobre a experiência do autoritarismo é romper com interdições continuamente conferidas na História — com base em uma formação intelectual crítica e organizada para compreender os desdobramentos da ditadura, essencialmente no sentido de apreender o caráter sensível a ela atribuída, tendo em vista a larga vigência de atos inconstitucionais e ações coordenadas.

Em aparente consonância, países latino-americanos se associaram na conhecida Operação Condor³, delegando legitimidade ao domínio político do estado ditatorial. Nessa investida, o quadro de criação e organização dos mecanismos de repressão compunham um esvaziamento de direitos e garantias fundamentais.

Refletindo acerca dos contextos e interpretações do cotidiano presente nos textos literários e documentais, bem como direta e indiretamente nas relações de sociabilidade, observamos a polarização tragar consciências, replicando no imaginário social e político, a intolerância e a aversão ao outro. A Doutrina de Segurança Nacional⁴ tornara a vigilância onipresente uma regra, atuando nos locais mais improváveis, a exemplo da Igreja Católica.

A polarização, a incongruência e seus decorrentes confrontos não deixaram de figurar a história e os desdobramentos sociais e governamentais, mesmo após o processo

³ Marcada por ações coordenadas entre países latino-americanos, a Operação Condor surge com o apoio estadunidense para conter possíveis avanços de uma influência comunista no território. Tais estratégias disseminaram truculência e horror, vitimando dissidentes políticos ao exílio, desaparecimentos e mortes.

⁴ Embalada pelos conflitos políticos e ideológicos da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional parte de influências militares estadunidenses do período, culminando no agravamento de uma polarização política e ideológica, implementando a “caça aos comunistas” em diversos países, incluindo países latino-americanos.

de redemocratização no Brasil. Em uma espécie de xadrez político, a atual competitividade de visões de mundo tem sido potencializada pelos efeitos de um radicalismo que reverbera os preceitos do autoritarismo de outrora. Transformações civis e culturais também contribuem largamente para mudanças de percepção, sejam essas em uma direção positiva ou negativa, muitas vezes ocasionando concepções contraditórias.

Frente aos desafios colocados à democracia, algumas questões chave se fazem necessárias: para onde o debate sobre a memória sobre os regimes ditatoriais está sendo direcionado? O que a sociedade tem pensado sobre essas mudanças, seja na ordem informativa e entendimento dos conceitos? Quais ferramentas têm sido utilizadas para ampliar essas discussões na ordem social, cultural e jurídica diante dos avanços do conservadorismo?

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental que compõe um estudo sobre o processo de configuração de práticas discursivas do regime ditatorial instalado no Brasil e Chile, em que, por entre arranjos, consensos e dissensos, foram articuladas investidas e interferências que condicionaram espaços e existências durante o período histórico aqui brevemente apresentado.

O uso da Literatura se mostra como uma alternativa para descrever o que um dia fora considerado inenarrável, e que instaurou uma névoa de incertezas sobre o horizonte político no país e na América Latina. Face às hipóteses, experimentações linguísticas e representações, a arte literária traz a cena, vivências e sensibilidades para a análise, recorrendo a uma multiplicidade de informações. Nessa perspectiva, o debate teórico disposto, perpassa inicialmente a identificação da presença de experiências sensíveis em obras literárias como *Noturno do Chile*⁵ do escritor chileno, Roberto Bolaño⁶ e *Quarup*⁷ de Antônio Callado⁸.

⁵ Romance publicado nos anos 2000 de autoria do escritor chileno Roberto Bolaño que reporta os impactos políticos e sociais de um Chile ameaçado pela influência ditatorial capitaneada pelo General Augusto Pinochet. A obra representa por meio de experimentações e estratégias linguísticas, traumas e lutas políticas de um período demarcado por polarizações ideológicas e pela aversão aos dissidentes. A obra retrata como personagem central o padre Sebastián Urrutia Lacroix, marcado por conflitos e culpas internas em meio aos traumas de uma experiência ditatorial.

⁶ O premiado escritor Roberto Bolaño nasceu em 28 de abril de 1953, na capital chilena, cidade de Santiago. Bolaño escreveu diversas obras ao longo de sua vida, alcançando posteriormente o reconhecimento entre os pares, por sua contribuição ao universo literário aguçado por fortes influências políticas. Uma das vítimas do autoritarismo no pós-golpe de 1973, viveu dias aprisionados por suas ideologias políticas. Após esse lamentável episódio, Bolaño sai de seu país de origem e mora por diversos lugares até o fim da vida, se estabelecendo na Espanha a partir de 1977, local em que faleceu em 2003

⁷ A obra literária de autoria de Antônio Callado que representa o Brasil marcado por conflitos políticos presentes durante o período ditatorial (1964-1985). O escrito traz como um de seus

Literatura e experiências sensíveis

Por meio da obra *Noturno do Chile*, o escritor chileno Roberto Bolaño representa as marcas deixadas, sinalizando as angústias, dores, silenciamentos e atos repressivos experimentados naquele Chile de 1973.

Posterior às implicações do Golpe de Estado no país, que alargaram propostas conservadoras e elitistas, as ponderações associadas aos episódios do cotidiano do padre e crítico literário Sebastián Urrutia Lacroix (protagonista da obra), reafirmam impasses e traumas vivenciados, em um relato que sugere uma confissão à beira da morte.

É preciso ser responsável. Eu disse isso a vida inteira. Você tem obrigação moral de ser responsável por seus atos e também por suas palavras, inclusive por seus silêncios, sim, por seus silêncios, por que os silêncios também ascendem ao céu e Deus os ouve, e só Deus os compreende e os julga, de modo que muito cuidado com os silêncios. Sou o responsável por tudo. Meus silêncios são imaculados. É bom que fique claro. É bom que fique claro. Mas acima de tudo que fique claro a Deus. O resto é prescindível. Deus não. (BOLAÑO, 2000, p. 9)

Inseridos nas passagens iniciais do escrito bolanianiano, o contato com a culpa interna e as incertezas quanto ao fluxo da maldade que condicionava o exercício político, anuncia um narrador que manifesta dores por permanecer em silêncio em meio aos descompassos do autoritarismo e não enfrentar os atos de violência do regime. Em paralelo a isso, a obra desenvolve o seu curso sob a gradual rememoração do que fora experimentado ao longo do período, selando arrependimentos do personagem central,

protagonistas, o jovem padre Nando que se vê inquieto em meio às desigualdades e maldade humana, refazendo assim, suas visões e trajetos políticos, aliando-se às lutas políticas vistas como esquerdistas. .

⁸ Antônio Callado (1917-1997) foi um jornalista, romancista, biógrafo e dramaturgo brasileiro. Atuou em importantes jornais no Brasil e no exterior, estando entre eles o *Correio da Manhã* e o *BBC* em Londres. Sua produção na literatura ganha destaque principalmente entre os anos de 1960 e 1970 angariando importantes trabalhos e críticas por compor o time de intelectuais com obras combativas aos regimes ditatoriais, afirmando seu compromisso com pertinentes e instigantes discussões políticas.

face à omissões em um Chile que testemunhava o conflito e a condução coercitiva a um cenário de escassez de direitos e liberdades.

Nesse evento histórico reinterpretado pela verossimilhança presente nas páginas de *Noturno do Chile*, metáforas ganham ênfase, diante da impossibilidade de comunicar o fardo do inenarrável. Complexas manobras políticas são pontuadas como anúncios da grave situação, expondo também por meio da ficção um amontoado de experiências dolorosas, engavetadas nos arquivos da ditadura.

A prioridade em escapar das garras do autoritarismo levou diversos opositores (como artistas, personalidades políticas e até mesmo figuras religiosas) ao exílio, isso quando não foram vítimas fatais da opressão autoritária. Bolaño reporta a deformação democrática sem romantizar dores ou mascarar vulnerabilidades, em uma exposição do que era pregado enquanto razão institucional aos moldes do discurso ditatorial, e reconstrução do sofrimento experimentado pelos então postos enquanto antagonistas daquele cenário.

Narrativas, conexões, memórias delicadas e a imagem de um colapso na democracia. O enredo que compõe a história da ditadura é feito de interseções e concepções, em que ideias, demandas e lutas se entrecruzam.

Pertinente refletir acerca dos elementos constitutivos da memória, tal como aponta Pollak (1992) em meio às suas argumentações sobre memória e identidade social, se deve ponderar como ocorre esse processo de solidificação da memória, sejam esses coletivos ou individuais.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou de uma socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de

identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada. (POLLAK, 1992, p.2)

Retomando as reflexões sobre narrativas literárias sobre regimes ditatoriais, para além do que se escuta, lê e interpreta, tal momento político assolou existências, configurando a realidade por meio dos absurdos da repressão, em que o controle foi a fantasia que vestiu a autoridade, e a maquinação de recortes e arranjos discursivos definiram adversários e uma imagética petrificada de inimigo.

A obra literária pode apenas aproximar-se de um processo histórico carregado de lacunas, mas que desconhece a totalidade dos eventos. Acerca disso, Sevcenko (2003) versa que:

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosclínio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real. (SEVCENKO, 2003, p.29)

Em comparativo, *Quarup* de Antônio Callado (1984) aponta para um universo de significados do processo de truculência ditatorial, assim como algumas similaridades retóricas e práticas que permeiam relatos traumáticos. Em um contexto político nunca antes presenciado em território nacional, afastamentos, silenciamentos, exílios e mortes, fazem parte de um histórico de violências que desumanizaram corpos.

Na obra bolaniana, Pinochet é representado como um homem dedicado a aprender mais sobre o marxismo, ciente de que as estratégias discursivas também perpassam um entendimento acentuado sobre os seus adversários, articulando-se para decodificar a persona do inimigo interno. Esse aparente paradoxo assume coerência ao constituir uma ferramenta de ação política, ante ao desejo de uma regeneração social. Entretanto, os acontecimentos se distanciavam de uma normalidade.

Os dias que se seguiram foram estranhos, era como se todos nós houvéssimos acordado de repente de um sonho para a vida real, embora por vezes a sensação fosse diametralmente oposta, como se de repente todos estivéssemos sonhando. Nosso dia-a-dia se desenrolava de acordo com esses parâmetros anormais: nos sonhos tudo pode acontecer, e você aceita que tudo aconteça. Os movimentos são diferentes. (BOLANO, 2004, p.78)

Fora da ficção, a pedra de toque do golpismo que se instaura e institucionaliza em 1964 foi um fruto proveniente das forças de grupos que racionalmente legitimaram o poder aos militares, sobrepondo interesses particulares, encarando tais acontecimentos como um traço revolucionário⁹. Substanciando esse discurso, ações excepcionais foram tomadas com o propósito de efetivar meios em: sustar uma “ameaça comunista”, segundo a ideologia da hora.

Com o propósito em estabelecer ações espontâneas de denúncias dos considerados "dissidentes". Com base nisso, Fico (2001) explora a influência do texto da Constituição de 1967 e os poderes que foram conferidos para conter o “avanço do comunismo”:

A Constituição de 1967, aprovada menos de dois meses antes da posse de Costa e Silva, incorporou boa parte das medidas arbitrárias estabelecidas pelos atos institucionais. A que importa para o entendimento da criação de um setor especificamente voltado para a repressão política foi o postulado de que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei". Com igual impacto, o foro militar ficou definitivamente estendido aos civis, nos casos de crimes contra a segurança nacional. Logo, urgia aprovar uma Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes previstos na Constituição. O novo ministro da Justiça de Castelo Branco,

⁹ Lados interpretativos da polarização política podem configurar interpretações do acontecimento político de 31 de março como “Golpe” ou “Revolução”, fator esse assimilado com a radicalização nas eleições de 2018 e 2022 no Brasil, em que houve um grande tensionamento para o militarismo e conservadorismo moral e ideológico,

Carlos Medeiros, com a ajuda do chefe do Gabinete Militar,
Ernesto Geisel, redigiu tal lei. (FICO, 2001, p.55)

Empregada como uma arma para atacar aos dissidentes do regime, a obsessiva ideia de que os comunistas seriam diferentes dos “cidadãos comuns” e agentes da subversão¹⁰, instaurou uma maré de apoio ao discurso do regime. Diante desse cenário, surgem potências que atingiram em cheio a sociedade, alcançando o imaginário. Observando tal quadro, é relevante compreender o peso da Igreja Católica, que imprimiu grande impacto diante da radicalização do regime, ao cunhar discursos emancipadores, dispondo de sua influência na tentativa de recompor as vertentes cristãs, continuamente cooptadas pelo estado autoritário.

Nessa investida, o regime se envaideceu no rol de realizações consequentes de desdobramentos que perpassava um tabelamento de adversários políticos, longe de uma convivência tolerante e respeitosa. O compromisso anticomunista tornava -se assim um objetivo integrado e estratégico.

A opinião pública foi condicionada a adotar um carrossel de acordos que influenciaram profundamente as liberdades e os direitos civis e políticos. Era ilusório acreditar que o cenário era o mesmo.

Entre os principais sustentáculos do processo, estavam as aspirações em consolidar elementos distintivos, em uma típica configuração ideal. Na “urgência pela restauração da lei e da ordem”, o regime militar no Brasil impôs à agenda pública uma corresponsabilidade em superar o “espectro comunista”. O lugar da solução a essa ameaça é posto na vigilância onipresente.

Percepções sobre os acontecimentos iniciais do Golpe de 1964 no Brasil conduzem interpretações e perspectivas. No entanto, longe de compor uma uniformidade de sentidos, expectativas e interpretações, os regimes militares foram perpassados por diferentes condições que atingiram comportamentos, composições e espaços. As travas amargas do autoritarismo também alcançaram alas progressistas da Igreja Católica que estavam atentas às necessárias reformas de base da sociedade.

Os contrapontos elencados por divergências e perdas de referência de subjetividades da vivência cristã, provocaram reformulações conceituais e de crenças,

¹⁰ Os órgãos de informação dos regimes militares estabeleceram leituras de sujeitos, classificando-os como possíveis ameaças a “Lei” e a “Ordem”. Essa interpretação estabeleceu normas e diretrizes a serem analisadas pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), no Brasil. Já no Chile, as ações foram integradas pela Dirección de Inteligencia Nacional (1973-1977) substituída posteriormente pela Central Nacional de Informaciones - CNI (1977-1990).

tocando a ótica e a individualidade de personagens que no percurso escolheram abraçar consistentes lutas políticas, tais quais o Padre Nando experimenta em *Quarup*.

Contrariando as ideias obsessivas de luta contra o comunismo, para alguns padres e bispos, a princípio, pouco havia com o que se preocupar, tendo em vista o local ocupado e os conceitos empregados pela fé cristã. Entretanto, a visibilidade conferida a esses sujeitos e a publicidade de seus atos, logo foi condicionada a espionagem de informantes da ditadura. Diante das ameaças à integridade física, a oportunidade ao exílio não era garantida a todos. Surgiam assim, novas exigências da política arbitrária, como os atestados ideológicos¹¹, uma das formas de controle à dita subversão no período ditatorial.

Às vésperas do golpe, havia bastante agitação em alguns setores da sociedade brasileira. O comício promovido por Goulart na Central do Brasi, no dia 13 de março de 1964, foi um divisor de águas. Evidenciou que o presidente tinha o apoio das esquerdas, de amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, de certos setores estudantis e de alguns graduados das Forças Armadas. Em contrapartida, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a primeira das quais ocorreu no dia 19, em São Paulo, ao incitar a população católica à defesa dos valores tradicionais cristãos, evidenciaram a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, o que culminou no golpe que derrubou João Goulart. (GOMES, 2014, p.41)

¹¹ O atestado ideológico compunha uma burocracia do aparato ditatorial visando validar sujeitos conforme suas influências políticas, fator esse que poderia ser um grande empecilho na ocupação de vagas em cargos públicos, deveriam ser plenamente avaliados se haveria participado de organizações sindicais, trabalhistas e/ou estudantis, atuando como difusores e ideais esquerdistas. Informações como essas são encontradas em arquivos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS - PY & PEDLOWSKI, 2018).



Figura 1 — João Goulart, então presidente do Brasil em Comício que reuniu uma multidão no dia 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, na Praça da República, em ato popular por reformas de base. / Imagem: Arquivo Nacional /Reprodução: O Globo

Nem mesmo os mais experientes líderes poderiam imaginar o que estava por vir. Após um progressivo esgotamento de prerrogativas imprescindíveis, a gravidade da situação político-institucional alcançou proporções demedidas, banalizando episódios de tortura e constantes desaparecimentos.

Dispositivos foram redigidos com propósitos avassaladores. Em curso, havia uma evidente interrupção democrática. Para além dos dilemas morais e ideológicos que puseram em jogo a soberania dos direitos e garantias constitucionais, era inegável que uma mobilização civil-militar deflagrou um estado de Golpe sob o pretexto de uma luta contra o espectro comunista.

Objecções ao regime sempre foram demonstradas pela resistência de grupos classificados como dissidentes, entre esses, alguns padres católicos e representantes religiosos. Esse panorama então suscitou rompimentos formais entre sujeitos, instituições e atividades eclesiais. Outros continuaram veladamente trabalhando o evangelho de forma libertária e precisa.

Ainda em 1967, a Carta Encíclica Papal de Sua Santidade, o Papa Paulo VI direcionava “aos bispos, religiosos, sacerdotes, fiéis e a todos os homens de boa vontade”, a mensagem sobre o desenvolvimento dos povos, dando ênfase no título “A questão social abrange agora o mundo inteiro”. Versando um importante tópico sobre a urgência de uma ação solidária, o Papa alerta na conclusão do texto que:

Nesta confusão, torna-se mais violenta a tentação, que talvez leve a messianismos fascinantes, mas construtores de ilusões. Quem não vê os perigos, que daí resultam, de reações populares violentas, de agitações revolucionárias, e de um resvalar para ideologias totalitárias? Tais são os dados do problema, cuja gravidade a ninguém passa despercebida. (CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO, 1967)

O ânimo da resistência estava na esperança democrática e por justiça social. Lutar pela democracia exigia um conjunto de escolhas e atitudes, muitas vezes às custas da própria vida, essencialmente ao perceber a dimensão sistêmica do aparato ditatorial. Entretanto, o quadro político era inteiramente desfavorável à oposição. Muitos foram condicionados a abandonar prematuramente o país para assegurar a integridade física e moral. Desenhava-se assim, um perigoso processo de radicalização, permeado por posturas intimidatórias, censura e truculência desmesurada.

Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, àqueles classificados como subversivos restava um cotidiano de resistência e luta, diante dos atos e decretos oriundos do regime. O foco desta Lei estendeu seus tentáculos para outras dimensões, desencadeando fissuras políticas e rupturas a níveis impensáveis. Demonstrando como a força da narrativa do autoritarismo acumulou acessos e amplitudes no contexto de

produção de recursos e ferramentas que impulsionaram o intento da ditadura, os arranjos discursivos deslocaram significados usuais, como ocorreu com os termos supracitados ordem, lei e até mesmo democracia, usurpados por flexibilizações de sentido.

Contrastes explícitos fizeram parte de uma ofensiva que durou 21 anos no Brasil e 17 anos no Chile, selando preocupantes consequências que excederam os custos da Lei e da Ordem. Entrecruzando lógicas e destinos, ao explorar as repercussões de violentos conflitos, evita-se que as lacunas e feridas abertas por um evento traumático sofram com um esvaziamento de significados.

Da ficção à realidade, fontes documentais reportam lutas por reformas e movimentos populares que foram barbaramente reprimidos. Tecendo outras complexidades e referências sobre os impactos experimentados, a arte literária — na tentativa de romper com eventuais fracassos na interlocução das memórias da dor — insere manifestações com um forte potencial representativo, em obras que retratam as polarizações de um regime ditatorial e a luta substancial por reformas de base e direitos.

Ao trazer o enfoque de situações-limite, *Noturno do Chile* e *Quarup* contemplam o papel de uma Igreja durante períodos conturbados, em provocativas reflexões sobre como a costura de alianças ou até mesmo os silenciamentos diante de injustiças sociais e violências (sejam estas, físicas ou simbólicas), sustentam obstruções e sufocam os pilares da democracia.

Os recursos estéticos da Literatura e o que representa, introduzem vias interpretativas, essencialmente no que diz respeito a impossibilidade de nomear a palavra traumática¹².

Acomodando o apelo popular, muitos padres foram responsáveis pela difusão de uma marcante consciência política, emitindo expressivas respostas ao jogo da repressão, que submetia a sociedade à violência degradante, partindo de agendas e argumentos notavelmente conservadores.

¹² Ao abordar sobre “a impossibilidade de nomear a palavra traumática”, Avelar (2003, p.18) reporta sobre possibilidades significativas acerca de um evento carregado de luto e ruínas alegóricas de um passado imerso em dor.

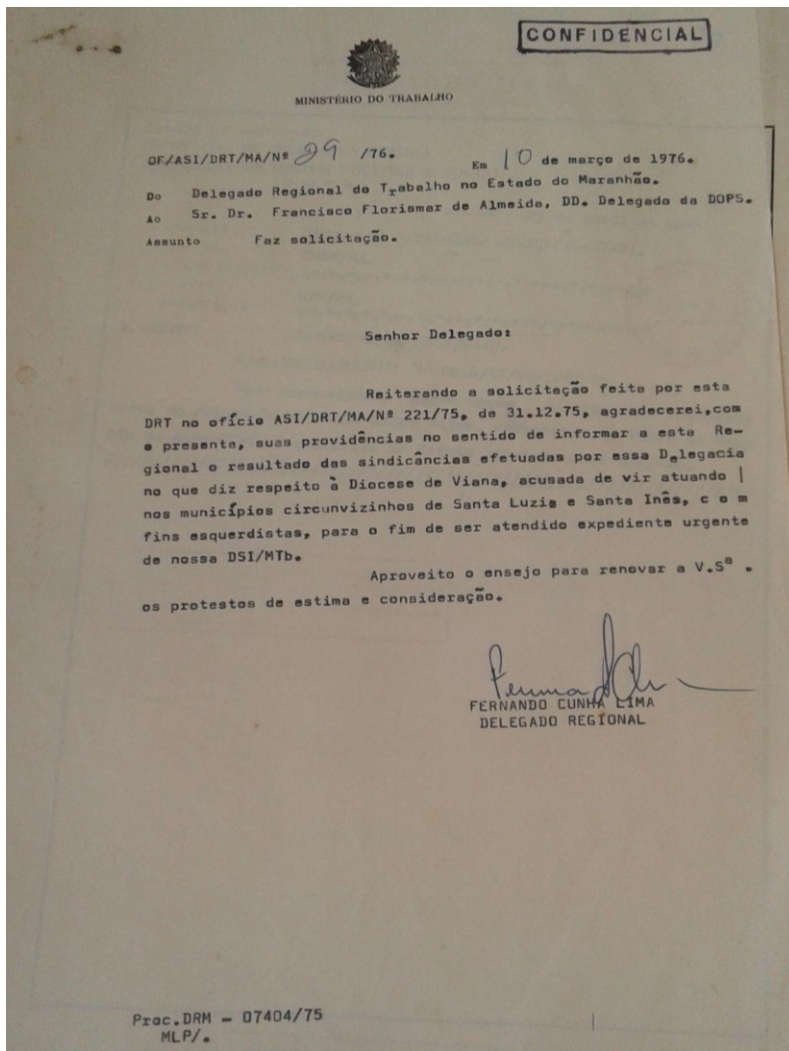


Figura 02 — Ofício da DOPS/MA sobre as afirmativas de que na Diocese de Viana/MA estariam sendo difundidas ideias comunistas. (10 de março de 1976.). / Acervo: DOPS. / Arquivo Público - MA.

No Brasil, a oposição da escalada autoritária, executou uma ação conjunta da sociedade, culminando em protestos públicos contra a violência ditatorial e a repressão, assumindo assim a marca de fato histórico e exprimindo o anseio público por eleições

diretas e uma vitória concretizada sob a gradual reabertura democrática no país. Apesar disso, percebe-se que a força retórica de uma massa que flerta com a ditadura permanece presente, alimentando inflamações no debate político e nas relações de sociabilidades. Essa constante erosão da verdade acompanhou a memória nacional, compondo fantasmas no imaginário desses grupos, que rejeitam o trauma e as dores vivenciadas nos anos de tirania.

As preocupações do historiador estão para além da solução de um problema - ou de um crime - pois a sua versão não se pretende como definitiva, tendo consciência dos limites de seu discurso. A quebra do monopólio do poder narrativo dos militares não significa que a sua versão não seja mais aceita ou esteja em processo de substituição. As novas versões implicam em um choque de interesses institucionais e são representativos da disputa pela legitimidade da fala. (PORTELA, 2015, p.21)

Ações que glorificam as arbitrariedades de outrora, estruturam também um quadro que desvela explícita usurpação de sentidos quanto ao acontecimento histórico aqui examinado. Por entre os suspiros nostálgicos de uma aspiração pelo retorno da ditadura, cabe aos estudiosos do tema, a atenção e empenho que delega a responsabilidade de abraçar um dos principais desafios da luta democrática — ponderar o que resta da memória das vítimas de regimes ditatoriais e avaliar quais relações assumimos com esse atroz retrospecto.

Se faz imperioso neste momento compreender que o que está acontecendo não é simplesmente cristalino. É necessário girar chaves interpretativas que permeiam perspectivas populares e expressar as seguridades trazidas no direito à memória, assim como as abstenções que configuram o espaço político, essencialmente em um contexto que exige criticidade e articulação teórica.

Acerca disso, Avelar (2003) apresenta que:

De fato, o esquecimento pós-traumático é facilitado na medida em que a narração da atrocidade tem lugar numa linguagem que não se pergunta por seu estatuto retórico e político. O tom insistentemente anunciatório da maioria dos textos testemunhais, quase sempre confiando em que

amanhã triunfariam as forças da justiça [...] (AVELAR, 2003, p.83)

Em observação ao que se configura nos últimos anos, o comprometimento de alguns grupos ideológicos em desacreditar processos históricos e científicos (investindo poder e influência no propósito de difundir o negacionismo e o absurdo) é notável. Para além do que se espera enquanto implicação proveniente dessas práticas: as acirradas disputas eleitorais dos últimos pleitos torna visível que enfrentamos tendências políticas ao radicalismo. Uma recombinação de fatores e lógicas (com base na atualização de frequentes argumentos anticomunistas e outras desculpas obsoletas) descortina um desejo pelo viés autoritário que continua a rondar o governo, em busca de brechas para devorar os poderes e consequentemente, roubar o controle mais uma vez.

A democracia deve ser continuamente preservada na contramão de atos ilegítimos, sejam estes motivados pela quebra de decoro de importantes atores políticos ou até mesmo por argumentos controversos e antidemocráticos, que conduzem países ao abismo do autoritarismo. Em uma ampla abordagem, experiências são intimamente subjetivas, acompanhadas de entendimentos e sentimentos singulares. Em tempos de crise, é essencial perguntar-nos quais ausências são reproduzidas no cotidiano coletivo, que vivências são apagadas pelo silenciamento e quais problemáticas são narradas. Por meio disso, desvelam-se novos horizontes e expectativas, partindo de uma realidade democrática fortalecida no enalço da justiça e da memória.

Considerações finais

Ciente das formas ideológicas de narrar, suas respectivas implicações, dinâmicas e argumentos que articulados para uniformizar sentidos e preceitos, a linguagem é utilizada como mecanismo para descrever a compreensão da experiência, ou mais precisamente, o modo como essa pode e deve ser lida.

Assimilando as permanências e continuidades de um processo histórico, é possível constatar que o passado anuncia suas marcas no presente, essencialmente ao observarmos a franca e nociva ativação de práticas discursivas conservadoras, na ascensão das novas direitas pelo mundo.

Englobando as dramáticas convulsões políticas da época, os problemas enfrentados pela democracia, no que se refere à sua contínua consolidação na atualidade, também são atravessados por uma fratura presente no entendimento social sobre o que teria sido ditadura. Em paralelo a fragilidade da compreensão desse acontecimento, a desenfreada velocidade informativa de um mundo cada vez mais globalizado, compõe um maior fluxo de notícias que nem sempre partem do caráter verossímil. Em meio aos

ruídos da desinformação, a população global assiste países acenarem ao autoritarismo, flertando com modelos ideológicos compostos por ingredientes perigosos à estabilidade democrática.

Nas sombras da repressão política e da censura, uma aguda polarização propagou efeitos catastróficos reiterados pelos atos inconstitucionais do regime no Brasil de outrora. Para além do tolerável e funcional controle, o estado ditatorial assoreou o plano político com o terror, engendrando desalentos à sociedade.

Sob a ótica exportada pelo autor de uma obra literária, configuram-se sentidos e apreensões de um universo de significados, em que, muitas vezes, a composição de notícias jornalísticas ou até mesmo aprofundados estudos são intraduzíveis. Ainda assim, a literatura possibilita conversar com as diversas formações políticas, enquanto confecciona imagens e retratos de um período.

Uma trama histórica comporta inúmeras nuances e perspectivas, exigindo um minucioso trabalho na rememoração de eventos traumáticos. Nesse cenário, a história das sensibilidades é uma importante ferramenta reflexiva, que oportuniza sintetizar as feridas da memória, além de decodificar os duelos de significados (presentes na era da pós-verdade) atrelados a um acontecimento.

O estudo aqui desenvolvido nos permite a indagação e o debate que cooperam no aprofundamento de uma análise das ações que sequenciaram golpes na América Latina. Essa abordagem contribui ainda para enfatizar a complexidade natural dos atos da tirania, evidenciando como as estruturas foram edificadas para a difusão das ideologias do regime.

Ante ao exposto, urge que a política latino-americana alimente a imprescindível e decisiva defesa do Estado Democrático de Direito. Ao desaferrar o fluxo e a expressão de memórias da experiência, dor e luto oriundos de dias sombrios, a sociedade é condicionada a refletir sobre ética e sensibilidade, essencialmente em uma leitura responsável de eventos traumáticos relacionados aos regimes ditatoriais.

Referências Bibliográficas

- A literatura latino-americana do século XXI*/ organização Beatriz Resende. – Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Ed. Vozes, 2009.
- AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*/ Idelber Avelar; Tradução de Saulo Gouveia - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2003
- BARROS, Thomás Zicman de. *Do que falamos quando falamos de Populismo* / Thomás Zicman de Barros, Miguel Lago - 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- BOLAÑO, Roberto. *Noturno do Chile*/ Roberto Bolaño: Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Carta Encíclica Papel Populorum Progressio*. Papa João Paulo VI, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html (Disponível em 09 fev. 2024)
- CALLADO, Antonio, 1917 – *Quarup: romance*/ Antonio Callado – 12º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DE MARCO, Valéria. *A literatura de testemunho e a violência do Estado*. In: Lua Nova, n.6, 2004, p. 45-68.
- DELLAMORE, Carolina. *Marcas da clandestinidade: Memórias da ditadura militar brasileira*. – Brasília: MinC/ IBRAIM, 2011.
- ELMIR, Claudio Pereira. O enredo como categoria e métodos de análise. In: *Historia e narrativa. A ciência e a arte da escrita*/ Jurandir Malerba, (organizador) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- FICO. Carlos. *Como eles agiam*./ Carlos Fico. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. In: Varia Historia, vol. 28, n. 47, p.43-59, 2012.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* / Eurídice Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FOUCAULT, Michel, 1926-194, *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*/ Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014. – (Leituras filosóficas)
- _____. *Microfísica do poder*/ Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 25.ed. – São Paulo: Graal, 2012.
- GALEANO, Eduardo H., 1940-. *As veias abertas da América Latina*/ Eduardo Galeano; tradução de Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.
- GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: *O que resta da ditadura : a exceção brasileira* / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, p.133-149, 2010.
- GNEECO, Cristóbal. "Escavando" arqueologias alternativas./Cristóbal Gneeco. In: Revista de Arqueologia. Volume 25 - n.2: 08-22 - 2012.
- GOMES, Paulo Cesar. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971- 1980): a visão da espionagem*/ Paulo Cesar Gomes. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GRISOLIO, Lilian Marta. A Ameaça Vermelha: o perigo da infiltração comunista na América Latina. In: *Estado, Poder e Violência na América Latina*./ organização de Lilian Marta Grisolio, Beatriz Carolina Crisório - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart, 1923- 2006. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*/ Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas,

Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

Memória e Trauma Histórico: Literatura e Cinema / organização Sandra Nitri e Andrea Saad Hossne. - 1. ed. - São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1991, p. 200-212.

PORTELA, Camila da Silva. *Entre a cruz e o fuzil: análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão* / Camila da Silva Portela. Dissertação - Pós-Graduação em História (PPGHIS), Universidade Federal do Maranhão. – São Luís, 2015.

PY, Fábio; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais no Brasil (1975–1985). *Tempo*, v.24, 2018.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p.135-166.

RIGONATI, Denise Trugilho. *Ditadura militar no Brasil: história, memória, trauma e gênero*. / Denise Trugilho Rigonati. In: Estado, poder e violência na América Latina/ organização de Lilian Marta Grisolio, Beatriz Carolina Crisorio - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2017.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. / Paul Ricoeur; tradução Claudia Berliner: revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar: introdução Hélio Sales Gentil. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIVERA, Tania. *Ensaio sobre arte e testemunho: Rodrigo Braga e a invenção da experiência*. / Tania Rivera. In: Psicologia USP, vol. 27, n.1 p. 41-48, 2016.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história Fundamentos da ciência histórica* / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

STARLING, Heloisa M. *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise* / Heloisa Murgel Starling, Miguel Lago, Miguel Bignotto - 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. In: Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, 2008, p.65-82.

_____. *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003,

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. / Susan Sontag: tradução Rubens Figueiredo. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Diante da dor dos outros*/ Susan Sontag: Rubens Figueiredo São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena* / Peter Winn; [tradução de Magda Lopes]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Matérias jornalísticas acessadas:

O Globo, 13 de março de 2014. <https://oglobo.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-dia-em-que-jango-apostou-tudo-perdeu-11864939?versao=amp> Acesso em 28 de março de 2024